

CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: ARTICULAÇÕES E POSSIBILIDADES NO ENSINO MÉDIO POR MEIO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS JURÍDICOS

Áustria Régia Rezende dos Santos Costa¹

Cleber Cezar da Silva²

Cristiane Maria Ribeiro³

Marcos Fernandes-Sobrinho⁴

RESUMO

Em cenário educacional que desafia constantemente limites entre conhecimento tradicional e demandas da sociedade contemporânea, a inserção de noções jurídicas constitucionais no ensino médio emerge como vetor crucial à formação cidadã. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura e analisar Produtos Educacionais (PE) direcionados ao ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio. Realizou-se investigação bibliográfica, envolvendo identificação e análise de dissertações publicadas entre 2019 e 2022, bem como dos respectivos PE elaborados por egressos de Programas de Pós-graduação de mestrados profissionais em Educação Profissional e Tecnológica em linha de pesquisa relacionada a Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Em seguida, realizou-se análise reflexiva de cinco PE encontrados observando a conformidade com critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e literatura correlata. Por meio da revisão bibliográfica sobre a temática bem como de PE analisados, restou evidenciado que o uso de PE direcionados ao ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio contribui para o aprimoramento da qualidade de ensino, fortalecendo a formação cidadã de estudantes e promovendo uma consciência jurídica sólida desde a juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Produto Educacional; Noções jurídicas; Ensino Médio; Formação cidadã.

CITIZENSHIP UNDER CONSTRUCTION: ARTICULATIONS AND POSSIBILITIES IN HIGH SCHOOL THROUGH LEGAL EDUCATIONAL PRODUCTS

ABSTRACT

This study aimed to carry out a literature review and analyze Educational Products (EPs) aimed at teaching constitutional legal notions in high school. A state-of-the-art research, with an exploratory nature, was used as a methodology. Regarding technical procedures, a bibliographical investigation was carried out, involving the identification and analysis of dissertations defended between the years 2019 and 2022, as well as the respective EPs prepared by graduates of the Postgraduate Programs of professional master's degrees in Professional and Technological Education through the line of research on Educational Practices in Professional and Technological Education (EPT). Next, a reflective analysis was carried out on five PE found, observing compliance with the criteria of the

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. E-mail: austriaregia@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1850-1607>

² Doutor em linguística (UnB). Docente permanente junto ao PPGEnEB/IFGoiano. E-mail: cleber.silva@ifgoiano.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0114-3666>

³ Doutora em Educação (UFSCar). Docente permanente junto ao PPGEnEB/IFGoiano. E-mail: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7564-3295>

⁴ Pós-Doutor em Direito Público pela Universidade de *Las Palmas de Gran Canaria*/Espanha. Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB). Docente permanente junto ao PPGEnEB/IFGoiano e ao PPGGO/UFCAT. E-mail: marcos.sbf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>

Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), according to (Brasil, 2019) and related literature. Through the bibliographical review on the subject as well as the PE analyzed, it was evident that the use of PE aimed at teaching constitutional legal notions in secondary education contributes to improving the quality of teaching, strengthening the citizenship training of students and promoting legal awareness solid since youth.

KEYWORDS: Educational Product. Legal notions. High school. Citizen training.

CIUDADANÍA EN CONSTRUCCIÓN: ARTICULACIONES Y POSIBILIDADES EN LA ESCUELA SECUNDARIA A TRAVÉS DE PRODUCTOS EDUCATIVOS JURÍDICOS

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo realizar una revisión bibliográfica y analizar Productos Educativos (PE) destinados a la enseñanza de nociones jurídicas constitucionales en la enseñanza media. Se utilizó como metodología una investigación de estado del arte, de carácter exploratorio. En cuanto a los procedimientos técnicos, se realizó una investigación bibliográfica que implicó la identificación y análisis de disertaciones defendidas entre los años 2019 y 2022, así como de los respectivos PE elaborados por egresados de los Programas de Posgrado de maestrías profesionales en Educación Profesional y Tecnológica a través de la Línea de investigación sobre Prácticas Educativas en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT). A continuación, se realizó un análisis reflexivo de cinco EP encontradas, observando el cumplimiento de los criterios de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (Capes), según (Brasil, 2019) y literatura relacionada. A través de la revisión bibliográfica sobre el tema así como de los PE analizados, se evidenció que el uso de PE dirigidos a la enseñanza de nociones jurídicas constitucionales en la educación secundaria contribuye a mejorar la calidad de la enseñanza, fortalecer la formación ciudadana de los estudiantes y promover una conciencia jurídica sólida. desde la juventud.

PALABRAS CLAVE: Producto Educativo. Nociones jurídicas. Escuela secundaria. Formación ciudadana.

Introdução

No atual cenário educacional brasileiro, a necessidade de formação cidadã robusta e conscientização jurídica desde a juventude impõem novos desafios ao ensino médio. A inclusão de noções jurídicas constitucionais, conforme investigado neste estudo, responde à urgência de diálogo mais próximo entre conhecimento legal e realidade de estudantes. Essa discussão é reforçada pela análise de Fernandes-Sobrinho (2016) sobre o potencial educativo de temas sociocientíficos presentes no Exame Nacional do Ensino Médio e em livros didáticos, destacando a relevância da intersecção Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) na educação para a cidadania.

A formação cidadã, especialmente no que tange ao ensino de noções jurídicas e científicas, requer discussões e reflexões que transcendam a mera transmissão de conhecimento para fomentar aprendizagem ativa e crítica. Fernandes-Sobrinho (2023) e Fernandes-Sobrinho (2024) ao analisar a educação jurídica e científica, destaca a importância de métodos educacionais que promovam a interatividade e o pensamento crítico.

A inclusão de noções jurídicas no currículo do ensino médio atende às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e responde à urgência de preparar jovens para uma participação ativa e informada na sociedade. O papel dos Produtos Educacionais (PE), nesse cenário, é fundamental para transcender o ensino tradicional, proporcionando experiências de aprendizado que conectem teoria e prática de maneira significativa e contextualizada.

Esse enfoque se apresenta como vital em um mundo cada vez mais regido por complexas interações sociais e desafios globais, em que a capacidade de pensar de forma crítica e aplicar conhecimento de maneira eficaz é indispensável.

Este artigo busca verificar a elaboração dos Produtos Educacionais nos programas de mestrado profissional, especialmente nos Institutos Federais, na linha de pesquisa sobre Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, a fim de analisar em que medida tais produtos atendem aos requisitos estabelecidos pela Capes.

Tem como objeto de estudo, Produtos Educacionais (PE) voltados ao ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio, com o intuito de verificar sua eficácia à promoção da educação cidadã. O problema central investigado pertinente foi: de que forma PE contribuem para a formação cidadã de estudantes e para o desenvolvimento de consciência jurídica sólida?

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil oferecem dois tipos de programas de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado. Por um lado, temos o programa de mestrado acadêmico, que enfoca a pesquisa voltada para a produção de conhecimento em áreas de relevância social, incentivando a reflexão teórica daqueles que desejam seguir carreira acadêmica como professores ou pesquisadores. Por outro lado, temos o programa de mestrado

profissional, cujo foco principal está na pesquisa voltada para a formação profissional, buscando promover a aplicação prática do conhecimento técnico-científico no mercado de trabalho, Silva, Soares e Umpierre (2017).

O mestrado profissional se diferencia do mestrado acadêmico por exigir, além da produção de conhecimento teórico, o desenvolvimento de um produto educacional que tenha aplicabilidade prática no campo profissional, conforme Leite (2018). Essa exigência busca promover uma conexão direta entre a pesquisa e a realidade profissional, visando o desenvolvimento de soluções e inovações que possam ser implementadas e utilizadas de forma efetiva no mercado de trabalho, segundo Silva, Soares e Umpierre (2017).

Esses PE podem assumir diversas formas, como materiais didáticos, propostas curriculares, programas de formação de professores, jogos educativos, softwares educacionais, recursos audiovisuais, programas de capacitação, metodologias de ensino, entre outros, e têm como objetivo principal contribuir para a melhoria da prática profissional, suprimindo necessidades e demandas específicas identificadas no campo de atuação, consoante Marquezan e Savegnano (2020).

Dessa forma, o mestrado profissional se destaca por sua natureza mais aplicada e voltada para a formação profissional, proporcionando aos estudantes uma experiência que integra teoria e prática, preparando-os de maneira mais direta para os desafios e exigências da área de atuação.

Os Produtos Educacionais desempenham um papel fundamental na área de ensino, conforme Da Rosa e Locatelli (2018). Esses recursos são desenvolvidos com o objetivo de auxiliar os professores na transmissão dos conteúdos aos alunos. Sua importância reside na capacidade de fornecer um suporte pedagógico eficaz, estruturado e atualizado, promovendo uma aprendizagem significativa e engajadora, Astrath *et al.*(2023).

Dentro desse contexto, a área 46 da Capes, denominada "Produtos Educacionais", é uma das áreas de avaliação que compõem o sistema de classificação e avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Essa área tem como objetivo reconhecer e avaliar a produção de Produtos Educacionais como resultado das pesquisas e trabalhos desenvolvidos nos programas de mestrado e doutorado (Brasil, 2019).

A avaliação dos Produtos Educacionais na área 46 busca considerar sua qualidade, relevância e impacto no campo educacional. São analisados critérios como originalidade, contribuição para a inovação pedagógica, pertinência e eficácia do produto, adequação às demandas educacionais, entre outros aspectos significativos.

A avaliação é realizada por meio de análise dos materiais apresentados pelos programas, como manuais, vídeos, aplicativos, e-books, sequências didáticas, entre outros formatos de Produtos Educacionais.

Nesse sentido, a qualidade e relevância desses produtos não apenas refletem a excelência acadêmica dos programas de mestrado profissional, mas também têm o potencial de influenciar diretamente a prática educativa e, conseqüentemente, o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no país.

Além disso, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), o Ensino Médio representa a última etapa da Educação Básica e é considerado um direito público e subjetivo de todos os cidadãos brasileiros.

Desse modo, o Ensino Médio possui um papel essencial na formação dos jovens, não apenas no compartilhamento de conhecimentos e habilidades essenciais, mas também como uma oportunidade para fomentar valores de cidadania, estimular a consciência social e encorajar uma participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, conforme estipulado pela BNCC (Brasil, 2018).

Nesse contexto, a qualidade dos PE desenvolvidos assume uma expressão ainda maior, pois influenciam diretamente a formação dos futuros profissionais e cidadãos, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

Segundo Ribeiro e Neves (2023), a inclusão de conceitos fundamentais de Direito Constitucional na Educação Básica do Brasil é crucial para fortalecer a cidadania, uma vez que o conhecimento nessa área capacitará os jovens a se envolverem mais ativamente em questões de interesse coletivo.

Além disso, a importância dessa disciplina reside em seu papel no desenvolvimento intelectual e humanístico dos jovens. Isso se deve ao fato de que a inserção deste tema na etapa final da Educação Básica proporciona aos estudantes uma compreensão mais aprofundada dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais que orientam a sociedade em que eles vivem como apontado por Souza (2022).

Dessa forma, essa abordagem educacional oferece aos alunos uma preparação adequada para o exercício pleno da cidadania, uma vez que, ao proporcionar a percepção dos princípios e direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, os jovens são capacitados a compreender e exercer seus direitos e deveres como cidadãos ativos na sociedade.

Ademais, o ensino de noções jurídicas constitucionais contribui para a educação cívica e política dos jovens, capacitando-os a participar de forma informada e responsável na vida democrática. Ao compreender os princípios constitucionais, os estudantes são incentivados a refletir sobre questões de justiça social, igualdade e inclusão, bem como a buscar soluções para problemas sociais através do respeito à lei.

Nesse contexto, a análise de Produtos Educacionais voltados para o ensino de noções jurídicas constitucionais se torna relevante. Avaliar a eficácia desses materiais na formação cidadã dos estudantes, identificar suas potencialidades e lacunas, e fornecer diretrizes para a seleção adequada desses recursos educacionais são aspectos cruciais para promover uma educação jurídica de qualidade no ensino médio.

Dentro dessa temática surge a seguinte indagação: de que forma a elaboração de Produtos Educacionais em programas de mestrado profissional nos Institutos Federais, na linha de pesquisa sobre Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, contribui para o aprimoramento da prática pedagógica no ensino de noções jurídicas constitucionais para alunos do ensino médio?

Com o intuito de responder esta questão, o objetivo geral consiste em verificar a elaboração de Produtos Educacionais nos programas de mestrado profissional nos Institutos Federais, na linha de pesquisa sobre Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, em relação ao cumprimento dos critérios estabelecidos pela Capes.

Como objetivos específicos este trabalho visa identificar se os Produtos Educacionais desenvolvidos nos programas de mestrado profissional nos Institutos Federais, voltados para o ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio estão de acordo com a linha de pesquisa; diagnosticar se os Produtos Educacionais atenderam aos critérios de avaliação da produção de produtos educacionais conforme o documento orientador da Capes e demais critérios relevantes apontados na literatura; verificar se os Produtos Educacionais foram produzidos a partir de um trabalho de pesquisa com os resultados obtidos expressos no corpo da dissertação; analisar se as dissertações incluíram o relato fundamentado da aplicação do Produto Educacional desenvolvido.

Para consecução dos objetivos levantados foram selecionados cinco Produtos Educacionais direcionados ao ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio, bem como as dissertações correspondentes, através de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório.

Procedimentos metodológicos

Neste estudo foi conduzida uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Essa abordagem de revisão bibliográfica nos possibilita estabelecer uma interlocução com outros pesquisadores de áreas correlatas, revelando a riqueza de informações geradas em suas investigações.

De acordo com Minayo (2009), a abordagem qualitativa de pesquisa se concentra na exploração do mundo dos significados, dos motivos, das expectativas, das crenças, dos valores e das atitudes. Martins e Curi (2022) inferem que a pesquisa qualitativa tem como objetivo principal aprimorar o conhecimento existente, uma vez que possibilita a investigação de um fenômeno e

aprofunda a compreensão do pesquisador, dessa forma, ela ilumina o caminho e amplia os horizontes de entendimento em relação ao tema abordado.

Com base nesse tipo de pesquisa científica, foram examinados os trabalhos já desenvolvidos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que oferecem Mestrados Profissionais dentro do Programa de Educação Profissional e Tecnológica na Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, tendo como escopo dissertações e Produtos Educacionais com o tema específico de ensino jurídico constitucional voltado para o ensino médio ou ensino médio integrado, com vistas à formação cidadã dos educandos, apresentados ao longo do último quadriênio, disponíveis no catálogo desses programas em diferentes regiões do país.

As pesquisas foram delimitadas utilizando como critérios de seleção: Produtos Educacionais produzidos entre os anos de 2019 e 2022, no Portal eduCapes e que fossem fruto de dissertações em Mestrados Profissionais, tendo sido utilizados como descritores de busca as seguintes expressões “contribuições do ensino jurídico”, “noções de direito da cidadania” e “cidadão / Direito Constitucional”, além disso, os PE deveriam ser voltados especificamente para o ensino médio e como critério de exclusão os PE, ainda que dentro do tema, houvessem sido elaborados antes do ano de 2019.

Análise dos Produtos Educacionais

Encontrados cinco (05) Produtos Educacionais que atendiam aos critérios de busca estabelecidos e de posse das informações que confirmavam a existência de dissertações correspondentes a cada um dos PE, foram feitas novas buscas que conduziram aos repositórios da Plataforma Sucupira ou aos repositórios próprios das IES concernentes aos Mestrados Profissionais de onde se originaram os Produtos Educacionais.

As dissertações foram identificadas seguindo o seguinte processo: verificação junto ao site eletrônico do respectivo Instituto Federal (IF), consulta aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa aos acervos digitais no repositório de dissertações e teses e utilização de descritores de busca, como o ano de produção do PE ou o nome do autor. O segundo momento de busca direcionado às dissertações mostrou-se mais simples.

Com o intuito de aprofundar a compreensão da tipologia dos Produtos Educacionais identificados através das diversas pesquisas realizadas nos repositórios previamente mencionados neste estudo, os dados coletados foram estruturados em formato tabular, contemplando os seguintes elementos: ano, IES e tipo de Produto Educacional (Quadro 1).

Quadro 1 - Produtos Educacionais produzidos em Programas de Educação Profissional e Tecnológica, para o ensino de noções jurídicas constitucionais no ensino médio

CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Ano	IES	Tipologia do PE
2019	IFRS – Campus Porto Alegre	<i>E-book</i> - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA – A construção da consciência cidadã na Educação Profissional e Tecnológica
2019	IFSP – Campus Sertãozinho	Guia didático de noções jurídicas no EMI – conhecimento Jurídico e exercício da cidadania
2020	IFSE – Campus Aracaju	<i>E-book</i> - O despertar de um cidadão: uma proposta de ensino de Direito Constitucional nas escolas
2021	IFMS - Campus Campo Grande	Sequência didática com noções de Direitos de Cidadania
2021	IFPR – Campus Curitiba	E-book - Desafios e contribuições do ensino jurídico para a Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

As dissertações acompanham os PE e representam o resultado de pesquisas aprofundadas e estudos acadêmicos que buscam aprimorar e validar a eficácia dos Produtos Educacionais disponíveis. Através das buscas realizadas nos repositórios das IES selecionadas, as informações obtidas foram organizadas em formato de quadro, abrangendo os seguintes elementos: IES, PPG, autor, título, orientador e ano (Quadro 2).

Quadro 2 - Dissertações desenvolvidas em Programas de Educação Profissional e Tecnológica referentes às dissertações

IES	PPG	Autor	Título	Orientador (a)	UF	ANO
IFRS – Campus Porto Alegre	Educação Profissional e Tecnológica	João Augusto Greco Peloso	EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: DO CONTEXTO DE PRODUÇÃO AO CONTEXTO DA PRÁTICA	Prof. Dr. Anderson Martins Corrêa	RS	2019
IFSP – Campus Sertãozinho	Educação Profissional e Tecnológica	Paulo Rodolfo Lima Nascimento	DIREITO CONSTITUCIONAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFS CAMPUS ARACAJU	Prof. Dr. Igor Adriano de O. Reis	SP	2019
IFSE – Campus Aracaju	Educação Profissional e Tecnológica	Gisele Santos de Oliveira	O DESPERTAR DE UM CIDADÃO: UMA PROPOSTA DE ENSINO DE	Profa. Dra. Michelle Câmara	SE	2020

	a		DIREITO CONSTITUCIONAL NAS ESCOLAS	Pizzato		
IFMS - Campus Campo Grande	Educação Profissional e Tecnológica	Gislany Gomes Ferreira	SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM NOÇÕES DE DIREITO DA CIDADANIA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	Prof ^a . Dr ^a . Maria Beatriz Gameiro Cordeiro	MS	2021
IFPR – Campus Curitiba	Educação Profissional e Tecnológica	Filipe Almeida Domingues	DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO JURÍDICO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Prof. Dr. Frederico Fonseca da Silva	PR	2021

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

Após compreender o conjunto de dados para análise, seguimos adiante com o procedimento de avaliação.

Na sequência, após discorrer brevemente sobre os requisitos exigidos pela Capes, com o objetivo de facilitar a compreensão do fenômeno em estudo, será conduzida uma verificação das dissertações e PE que são objeto desta pesquisa, quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Capes.

Conforme Freitas (2021), a Área de Ensino da Capes é reconhecida por ser predominantemente voltada para a pesquisa aplicada, o que implica que os conhecimentos gerados tenham a intenção de serem implementados e reproduzidos em situações reais através de produtos e processos educacionais. Esse destaque na aplicabilidade é reforçado e constitui um requisito para pesquisas inseridas em programas profissionais, nos quais o desenvolvimento de

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019a, p. 15).

Nos últimos anos, houve diversas discussões sobre a Área de Ensino da Capes, o que tem proporcionado uma maior compreensão e definição dos Produtos Educacionais criados como parte

dos requisitos para a obtenção de títulos em programas de Mestrado e Doutorado Profissionais, conforme Silva, Ribeiro e Santana (2023).

Como resultado de parte do trabalho realizado, foram determinados cinco critérios a serem considerados (Brasil, 2019). O primeiro critério é a aderência, a qual é um critério obrigatório para a validação de uma produção no Programa de Pós-Graduação (PPG) em avaliação. Isso significa que os produtos devem ter origem em atividades relacionadas às linhas de pesquisa ou atuação e aos projetos vinculados a essas linhas.

O segundo critério é o impacto. A avaliação desse critério está relacionada às mudanças provocadas pelo Produto Técnico e Tecnológico no ambiente em que ele é aplicado. Para avaliar esse critério, é importante compreender a razão de sua criação, levando em consideração a relevância das demandas e identificar claramente as áreas de aplicação do produto, a fim de avaliar onde as mudanças podem ser percebidas.

O terceiro critério é a aplicabilidade, que se refere à facilidade de utilizar o Produto para alcançar objetivos específicos para os quais foi desenvolvido. Entende-se que um produto com alta aplicabilidade possui uma ampla abrangência ou tem potencial para alcançá-la, incluindo possibilidades de replicabilidade como produção técnica.

A inovação é o quarto critério exigido. O conceito de inovação é amplo, mas em termos gerais, refere-se à ação ou ato de introduzir algo novo ou modificar algo já existente.

Por fim, o quinto critério é a complexidade, que pode ser entendida como uma característica associada à diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários para a elaboração e desenvolvimento de produtos técnicos-tecnológicos (Brasil, 2019b, p. 22-25).

Outros requisitos são apontados por Gonçalves *et al.* (2019), tais como a linguagem (capacidade de expressão clara, correta e adequada do conteúdo do produto educacional, em relação direta com sua apresentação visual e organização, tornando-o intuitivo e receptivo ao público-alvo); capacidade de replicação (potencial de reprodução e uso do produto pelo seu público-alvo); internacionalização (possibilidade de replicação e uso do produto por público-alvo de outros países com idioma diferente da origem do produto.); disponibilidade (disponibilizar o produto em redes, repositórios ou plataformas acessíveis ao público-alvo para sua divulgação e popularização) e acessibilidade (capacidade de oferecer acesso autônomo, seguro e assistido, total ou parcial, do produto educacional para pessoas com deficiência).

Estes requisitos foram levados em consideração para a análise dos Produtos Educacionais selecionados, conforme se observa no Quadro 4 adiante demonstrado.

Também Rizzatti *et al.* (2020), propõem dois apontamentos importantes: a criação de uma ficha de avaliação e validação do Produto Educacional pela área de Ensino. Essa ficha, segundo o autor, deve ser preenchida pela banca examinadora e disponibilizada pelo Programa de Pós-Graduação juntamente com o PE e ressalta que as bancas de avaliação não sejam compostas por docentes/pesquisadores que não vivenciam a área de Ensino/Educação, ou ainda, com pouca ou nenhuma experiência/aproximação com a modalidade profissional, portanto sem pleno conhecimento dos critérios de avaliação e da caracterização dos Programas Profissionais.

Após tais considerações, foram elaborados dois quadros para apresentar os resultados. O próximo quadro, denominado Quadro 3, demonstra que os PE encontrados foram analisados levando em consideração os critérios de: aderência, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. Para cada categoria, foram apontados três resultados possíveis: atende integralmente (AI), atende parcialmente (AP) e não atende (NA).

Quadro 3 - Análise de Produtos Educacionais por categoria da Capes

IES	PRODUTO EDUCACIONAL	ADERÊNCIA	IMPACTO	APLICABILIDADE	INOVAÇÃO	COMPLEXIDADE
IFRS	<i>E-book</i> - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA – A construção da consciência cidadã na Educação Profissional e Tecnológica	AI	AI	AI	AI	AI
IFSP	Guia didático de noções jurídicas no EMI – conhecimento Jurídico e exercício da cidadania	AI	AI	AI	AI	AI
IFE	<i>E-book</i> - O despertar de um cidadão: uma proposta de ensino de Direito Constitucional nas escolas	AI	AI	AI	AI	AI
IFMS	Sequência didática com	AI	AI	AI	AI	AI

CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

	noções de Direitos de Cidadania					
IFPR	E-book - Desafios e contribuições do ensino jurídico para a Educação Profissional e Tecnológica.	AI	AI	AI	AI	AI

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

O Quadro 4, analisou os PE tendo como referência os critérios apontados por Gonçalves *et al.* (2019), onde são elencados os critérios de: linguagem, capacidade de replicação, internacionalização, disponibilidade e acessibilidade. Do mesmo modo, para cada categoria, foram apontados três resultados possíveis; atende integralmente (AI), atende parcialmente (AP) e não atende (NA).

Quadro 4 - Análise de Produtos Educacionais conforme os requisitos apontados por Gonçalves *et al.* (2019)

IES	PRODUTO EDUCACIONAL	LINGUAGEM	CAPACIDADE DE REPLICAÇÃO	INTERNACIONALIZAÇÃO	DISPONIBILIDADE	ACESSIBILIDADE
IFRS	<i>E-book</i> - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA – A construção da consciência cidadã na Educação Profissional e Tecnológica	AI	AI	AI	AI	NA
IFSP	Guia didático de noções jurídicas no EMI – conhecimento Jurídico e exercício da cidadania	AI	AI	AI	AI	NA
IFSE	<i>E-book</i> - O despertar de um cidadão: uma proposta de ensino de Direito	AI	AI	AI	AI	AP

	Constitucional nas escolas					
IFMS	Seqüência didática com noções de Direitos de Cidadania	AI	AI	AI	AI	NA
IFPR	E-book - Desafios e contribuições do ensino jurídico para a Educação Profissional e Tecnológica.	AI	AI	AI	AI	NA

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

Embora os requisitos constantes no Quadro 4 não estejam expressamente elencados no Manual elaborado pelo Grupo de Trabalho de Produção Técnica da Capes (Brasil, 2019), muito se tem discutido sobre esses elementos para aprovação de um Produto Educacional pela IES em seus programas de mestrado e doutorado, dentro de suas fichas de verificação, conforme Gonçalves *et al.* (2019).

Além dos critérios de análise acima demonstrados nos Quadros 3 e 4, foi verificado também, através da leitura atenta das dissertações correspondentes, se os Produtos Educacionais foram aplicados no local da pesquisa e se possuem registro. Dos cinco PE verificados, restou comprovado através dos relatórios constantes no corpo das dissertações que todos foram aplicados junto aos sujeitos das pesquisas, notadamente alunos e professores dos Institutos Federais arrolados no Quadro 3.

As conclusões das dissertações afetas à elaboração dos PE demonstraram que os Produtos Educacionais foram desenvolvidos com base nas informações coletadas inicialmente dos estudantes e professores (a depender do PE), revelando-se altamente eficazes em suas propostas e recebendo uma boa aceitação por parte dos participantes da pesquisa. Revelam ainda os resultados que, os PE foram devidamente aplicados no *locus* das pesquisas e de maneira geral, as avaliações realizadas em relação aos mencionados Produtos Educacionais evidenciaram sua capacidade de promover melhorias no que diz respeito à conscientização dos alunos sobre a cidadania e também em relação ao entendimento de seu papel como cidadãos.

Referente ao registro dos cinco PE analisados, verificou-se que todos foram registrados e disponibilizados em repositórios públicos e gratuitos, entre os quais, *Creative Commons*, ISBN, Portal eduCapes e repositórios próprios dos Programas de Pós-graduação dos Institutos Federais.

Por meio deste estudo intencionamos produzir um Produto Educacional também voltado a esta proposta de inserção de noções jurídicas constitucionais em uma escola pública no nível médio da Educação Básica. O qual estará em consonância com o PPGEneb, na linha de pesquisa – Atuação docente e educação para a cidadania, do IFGoiano – Campus Urutaí e também às categorias estabelecidas pela Capes obedecendo ao critério da aderência, posto que o Produto Educacional proposto será compatível com a linha de pesquisa/projeto do PPG.

No mesmo sentido, quanto ao impacto, pretende-se seja significativo, sendo incentivada sua utilização e esperando-se uma boa receptividade no sistema educacional; em sua aplicabilidade possuirá facilidade de acesso e compartilhamento, podendo ser utilizado de maneira integral ou parcial no âmbito do sistema educacional; quanto a complexidade do Produto Educacional será abordada por meio de sua elaboração e validação, que seguirão os princípios da pesquisa, sendo aplicado e analisado com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos adotados; possuirá registro no repositório do IF Goiano e outros pertinentes.

O produto educacional pretendido trará um diferencial importante: a acessibilidade. Tal direcionamento é resultado da análise dos cinco Produtos Educacionais arrolados, onde se constatou que apenas um deles era acessível para surdos (*E-book – O despertar de um cidadão: uma proposta de ensino de Direito Constitucional nas escolas*). Além disso, nenhum dos cinco PE contemplou a acessibilidade para cegos. Diante do cenário, a proposta que apresentamos se destaca ao explorar um tema tão relevante para todas as pessoas, garantindo a inclusão e possibilitando o acesso ao conhecimento constitucional de forma igualitária para todos, independentemente de suas habilidades ou limitações.

Considerações

Dessa forma, pode-se afirmar que a pesquisa obteve êxito ao investigar a eficácia da elaboração de PE nos Programas de Mestrado Profissional nos Institutos Federais, na linha de pesquisa sobre Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, em termos de sua contribuição para o aprimoramento da prática pedagógica no ensino de noções jurídicas constitucionais para alunos do ensino médio.

Os resultados apontaram para a relevância desses PE no contexto da educação, evidenciando sua aderência à linha de pesquisa, seu alinhamento com os critérios de avaliação estabelecidos e sua fundamentação em pesquisa. Esses aspectos ressaltam a importância desses produtos como recursos pedagógicos capazes de promover uma educação de qualidade e aprimorar a formação dos alunos em relação ao conhecimento jurídico no ensino médio.

Todavia, uma lacuna relevante observada foi a falta de PE acessíveis para pessoas com deficiência, como surdos e cegos. Apesar de seu direito à educação inclusiva, verificou-se que nenhum dos produtos analisados contemplava efetivamente a acessibilidade para esses públicos.

Portanto, pesquisas futuras devem buscar o desenvolvimento de PE que sejam acessíveis a todas as pessoas, promovendo uma educação inclusiva e garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Outra lacuna identificada foi a escassez de Produtos Educacionais que tratem especificamente o ensino de noções jurídicas constitucionais no contexto da educação básica. Embora exista uma vasta literatura ressaltando a importância do ensino de noções jurídicas constitucionais na etapa final da Educação Básica, o que demonstra a relevância do tema, ainda carece de recursos pedagógicos específicos para esse fim.

Nesse sentido, existe um vasto campo para pesquisas futuras se dedicarem ao desenvolvimento de PE inovadores e contextualizados, que explorem o ensino de noções jurídicas constitucionais de forma adequada e adaptada às características e necessidades dos estudantes dessa faixa etária.

Ao contemplar essas lacunas deixadas pelos produtos analisados, a pesquisa proposta justifica-se por apresentar algo novo e relevante para a área de ensino na educação básica. Ao desenvolver um Produto Educacional que seja acessível e voltado para o ensino de noções jurídicas constitucionais, busca-se preencher uma lacuna significativa na formação dos alunos, fomentando o desenvolvimento de competências e conhecimentos para a compreensão dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal. Com isso, almeja-se proporcionar as bases necessárias para o pleno exercício da cidadania.

Assim, pesquisas futuras que se dediquem a explorar essas lacunas contribuirão para o avanço do conhecimento na área de ensino jurídico no ensino médio, ampliando possibilidades de aprendizagem dos alunos e fortalecendo a qualidade da educação básica como um todo.

Referências

ASTRATH, T. L. A. *et al.* A Aprendizagem significativa e o ensino de Física: o estudo de caso sobre a propagação de calor. **Ensino e Tecnologia em Revista**, v. 7, n. 1, p. 17-27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/etr/article/view/16711>. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 jun. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Produção técnica**: grupo de trabalho. Brasília: MEC; Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023

DA ROSA, C. T. W.; LOCATELI, A. Produtos Educacionais: Diálogo Entre Universidade e Escola. **Revista ENCITEC**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 26-39, ago. 2018. ISSN 2237-4450. Disponível em:

<http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2716>. Acesso em: 30 maio 2023.

FERNANDES-SOBRINHO, M.; Temas sociocientíficos no Enem e no livro didático: limitações e potencialidades para o ensino de Física. 2016, 349 fl. **Tese** (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21065> Acesso em 30 mar 2024.

_____. Constitucionalização do Direito à Educação no Estado Brasileiro: avanços e desafios sombreados na consciência coletiva às desigualdades de acesso. **Direito & Realidade**, v. 11, 2023. Disponível em: [http:// https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/issue/view/195](http://https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/issue/view/195) Acesso em 30 mar 2024.

_____. **Educação como Direito Fundamental Social no contexto brasileiro**: abrangência e elementos normativos. Curitiba: Editora CRV, 2024. Disponível em:

FREITAS, R. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. DOI: 10.36524/profept.v5i2.1229. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GONÇALVES, C. É. L. *et al.* (Alguns) desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 5, n. 10, 2019. DOI: 10.31417/educitec.v5i10.500. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/500>. Acesso em: 8 jun. 2023.

LEITE, P. S. C.. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas – Investigação Qualitativa em Educação**. v. 1 (2018). Disponível em: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656> Acesso em: 23 maio 2023.

MARQUEZAN, L. P.; SAVEGNAGO, C. L. . O mestrado profissional no contexto da formação continuada e o impacto na atuação dos profissionais da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 6, p. e020011, 2019. DOI: 10.20396/riesup.v6i0.8654993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654993>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MARTINS, P. B.; CURI, E. Análise de Produtos Educacionais sobre o Ensino de Matemática realizados no âmbito do Programa de Mestrado Profissional da Universidade Cruzeiro do Sul. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 1–19, 2022. DOI: 10.26843/rencima.v13n3a12. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/3550>. Acesso em: 9 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mVLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/abstract/?lang=pt> Acesso em: 9 jun. 2023.

RIBEIRO, J. S.; NEVES, I. Cidadania e Interpretação da Constituição: a importância da inclusão do Direito Constitucional no Ensino Médio. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 5159-5177, 2023. Acesso em: 08 mar. 2024.

RIZZATTI, *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**. Curitiba, v. 5. N. 2, p. 1–17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657> Acesso em 22 maio 2023.

SILVA, A. M. T. B. da; SUAREZ, A. P. M.; UMPIERRE, A. B. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. **Revista Interações**, [S. l.], v. 13, n. 44, 2017. DOI: 10.25755/int.4108. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/4108>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Revista Educação**. Porto Alegre, Porto Alegre, v. 43, n. 3, e37452, set. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822020000300005&lng=pt&nrm=iso Acesso em 10 jun. 2023.

SILVA, C. C.; RIBEIRO, M. C.; SANTANA, L.S. Repositório para jogos educativos de educação física para os anos finais do ensino fundamental: uma inovação em comparação a outros produtos educacionais similares. **Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais**. V. 07. N. 13 – Jan./Jun. 2023 Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/article/view/62> Acesso em: 5 jun. 2023

SILVA, R. L. N.; MATTIELLO, D. C. P. Democracia, Cidadania e Direito Fundamental à Educação: Elementos de Efetivação e Vinculatividade. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, v. 7, n. 1, p. 221-237, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7872-22537-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7872-22537-1-PB%20(2).pdf) Acesso em: 5 jun. 2022.

SOUZA, E. C. de. A implementação do ensino constitucional nas escolas: um componente na formação ética e cívica de crianças e jovens durante a jornada escolar. **Revista Juris**. v. 15 n. 28 (2022). Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/juresvitoria/article/view/1492> Acesso em: 5 jun. 2022.